

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

05.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 06** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 09** NOTÍCIAS DO MPF
- 10** NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- 11** NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Corregedor Nacional sensibiliza prefeitos de MT sobre educação infantil

O corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, se reuniu com prefeitos de Mato Grosso no dia 02 de abril, com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância de investir na educação infantil, especialmente no que tange à finalização de obras nas unidades e redução das filas em creches e pré-escolas. A atividade compõe a agenda da correição temática que ocorre presencialmente no Ministério Público de Mato Grosso, de 31 de março a 3 de abril de 2025. Realizada em formato híbrido na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Cuiabá, e via plataforma Microsoft Teams, a reunião contou com a presença de 100 prefeitos e representantes.



MPMT destina recursos para reforma e ampliação da Apae

O promotor de Justiça Álvaro Schiefler, da 1ª Promotoria de Justiça de Sapezal (500 km de Cuiabá), visitou em 03.04 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município para acompanhar as melhorias realizadas com recursos repassados pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) por meio do Banco de Projetos, Fundos e Entidades (Bapre).

MPMT lança campanha e promove palestras no mês de conscientização

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do CAO de Defesa da Pessoa com Deficiência, lança, no mês de conscientização sobre o autismo, a campanha de conscientização intitulada "Conheça e Entenda o Autismo". A iniciativa, que tem o apoio da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, consiste na realização de palestras em escolas públicas e privadas de Cuiabá no decorrer de todo o ano letivo de 2025.





Promotor explica atuação do Ministério Público a estudantes

O promotor de Justiça Alysson Antônio de Siqueira Godoy, da comarca de Juara (673 km de Cuiabá), esteve reunido com estudantes da rede pública municipal para falar sobre a atuação do Ministério Público de Mato Grosso. A roda de conversa foi uma oportunidade para os alunos entenderem melhor o papel do promotor de Justiça e como o Ministério Público atua na defesa dos direitos da sociedade.

Justiça determina apoio escolar especializado para criança com TEA

A 1ª Vara Cível de Primavera do Leste acatou pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), formulado por meio de Ação Civil Pública, com pedido de tutela de urgência, e determinou que o Município disponibilize um profissional de apoio escolar especializado para acompanhamento de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras disfunções.



Educação patrimonial e combate ao bullying são abordados em palestra

A educação patrimonial e o combate ao bullying foram temas de uma palestra realizada pelo Promotor de Justiça Jacques de Barros Lopes, na Escola Estadual Bertoldo Freire, em São José dos Quatro Marcos (a 309 km de Cuiabá). Durante o encontro, que contou com a participação de mais

de 220 alunos, o membro do Ministério Público de Mato Grosso falou sobre a importância da participação da comunidade escolar no controle social e na preservação do patrimônio público.

NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

[MPRJ contesta perícia sobre uso do FUNDEB pelo Município do Rio e requer nova análise técnica](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, apresentou manifestação na Ação Civil Pública que trata da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) pelo Município do Rio de Janeiro. No documento, o MPRJ impugna o laudo pericial anexado aos autos, apontando inconsistências técnicas e metodológicas na análise realizada, e requer a produção de nova perícia.



[MP do Ceará propõe criação de turmas diurnas no ensino de jovens e adultos para idosos que vivem em ILPIs de Fortaleza](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva da Pessoa Idosa de Fortaleza, realizou audiência pública para tratar sobre a inserção de residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no serviço de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da capital. No encontro, ocorrido no dia 15 de abril, o MP propôs a implantação de um plano piloto para turmas diurnas, visto que atualmente as aulas são realizadas apenas no período noturno.

[Em São Vicente, empresas são condenadas por propaganda enganosa na divulgação de cursos](#)

Trabalho desenvolvido pelo MPSP levou à condenação de duas empresas baseadas em São Vicente que realizavam propaganda enganosa na divulgação de cursos livres. As pessoas jurídicas prometiam, ao término dos estudos, a entrega de "certificados reconhecidos", gerando a presunção



de que tais atividades seriam reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Todavia, esse tipo de curso não exige autorização do Poder Executivo federal nem é supervisionado pelo ministério ou por qualquer órgão de regulação dos sistemas de ensino federal, estadual ou municipal. Segundo o apurado, a propaganda enganosa era feita inclusive por meio de página na internet.



MPPI ajuíza Ação Civil Pública contra o Município de Lagoa Alegre por irregularidades em processo seletivo do Programa Mais Educação

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de União, ingressou com Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Lagoa Alegre, após constatar diversas irregularidades no Edital nº 01/2025, que rege o processo seletivo de mediadores de aprendizagem e facilitadores do Programa Mais Educação nas Escolas.

CNMP lança nova versão de manual em defesa da educação especial inclusiva com colaboração do MPRS

Com o objetivo de orientar membros do Ministério Público brasileiro e demais envolvidos na proteção do direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência, o Conselho Nacional do Ministério (CNMP) lançou nesta segunda-feira, 14 de abril, durante webinar, a versão atualizada do Manual de Atuação do Ministério Público em Defesa da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Clique [aqui](#) para acessar a publicação.



Ministério Público cobra capacitação para professores da educação especial em escola municipal de Manaus

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) instaurou procedimento preparatório para apurar a falta de formação continuada de professores do ensino fundamental (6.º ao 9.º ano) na Escola Municipal Padre Sebastião Luiz dos Santos Puga Barbosa, localizada no bairro Japiim, zona sul de Manaus. A capacitação é essencial para o atendimento adequado aos estudantes de educação especial, dentro da perspectiva da educação inclusiva. A medida segue a Resolução nº 006/2015-CSMP.

Justiça acata ação do MPPA e determina implantação de educação em tempo integral para jovens em unidades socioeducativas

A Justiça acatou a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, determinando a implantação do programa "Escola em Tempo Integral" nas unidades socioeducativas do estado. A decisão liminar estabelece obrigações concretas aos responsáveis pela política pública — o Estado do Pará, a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

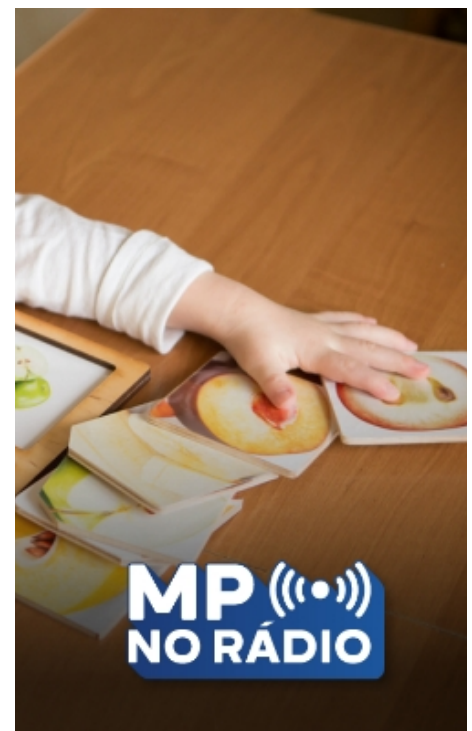


MPMG lança projeto Crescer Juntos para ampliar o acesso à educação infantil em Minas Gerais

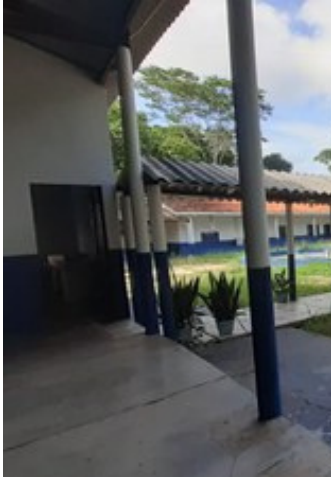
O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) lançou hoje, 4 de março, o projeto [Crescer Juntos: Creches e Oportunidades](#). Coordenada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAO-Educ), a iniciativa visa à ampliação das vagas em creches para crianças de zero a três anos.

MPPR Responde - Edição desta semana traz entrevista sobre educação inclusiva no mês da campanha Abril Azul, de conscientização sobre o autismo

No Abril Azul, mês de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (campanha criada pela Organização das Nações Unidas para combater o preconceito e promover a inclusão das pessoas com TEA), o MP no Rádio traz entrevista sobre a educação especial. A promotora de justiça Mônica Sakamori fala sobre os direitos relacionados à educação de pessoas que necessitam de assistência diferenciada. Entre outros temas, ela explica o que é educação inclusiva e integrativa e quais as obrigações das escolas para com os alunos com alguma necessidade educacional especial. Acesse o [Programa completo](#).



NOTÍCIAS DO MPF



[Justiça Federal acata pedido do MPF para assegurar representatividade quilombola na gestão escolar em MT](#)

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou, em decisão liminar assinada em 5 de abril, que o estado de Mato Grosso adote as medidas necessárias para que os cargos de gestão das escolas localizadas em territórios quilombolas sejam preenchidos por candidatos remanescentes quilombolas, conforme prevê a legislação sobre comunidades tradicionais. O atual gestor da escola estadual Maria de Arruda Muller, situada na comunidade Abolição, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), não é quilombola, não se candidatou para a vaga na referida escola e não apresentou carta de recomendação da comunidade local.

[MPF recomenda que estado e municípios do Pará atuem para universalizar acesso à educação especial e inclusiva](#)

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação ao secretário de Educação do estado do Pará, Rossieli Soares, e às prefeitas e prefeitos de todos os municípios paraenses para que adotem, com prioridade, medidas administrativas necessárias à efetivação da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata da universalização do acesso à educação especial e inclusiva. A recomendação foi elaborada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) no estado e é assinada por membros do MPF em todo o Pará. [Íntegra da recomendação.](#)



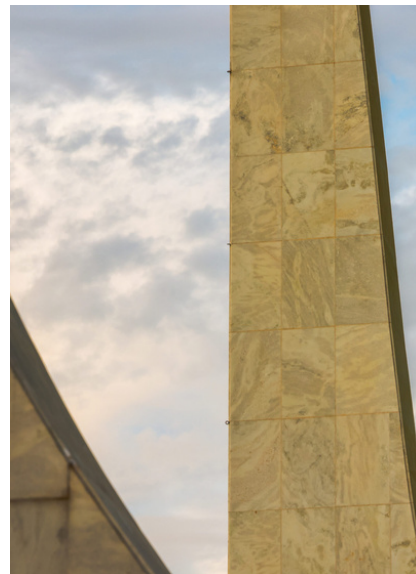
[MPF orienta que estados e municípios adotem medidas de controle e transparência na movimentação de recursos do Fundeb](#)

Com o objetivo de garantir maior transparência na utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Ministério Público Federal (MPF) enviou nota técnica aos membros do Ministério Público e órgãos de controle com diretrizes a serem cobradas dos estados e municípios na movimentação das verbas.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF afasta exigência de profissional de educação física em tempo integral em atividades recreativas do RS

O Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a exigência de permanência em tempo integral de profissionais de educação física em estabelecimentos de prática desportiva e atividade física do Rio Grande do Sul que não representem riscos excepcionais à saúde e à integridade física. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 4/4, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4399, apresentada pela Confederação Nacional de Serviços (CNS).



STF mantém inconstitucionalidade de lei do DF que criava ensino domiciliar

Por unanimidade de votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão do ministro Flávio Dino que validou a declaração de inconstitucionalidade, pela Justiça do Distrito Federal, da lei que institui a educação domiciliar (ou homeschooling). A decisão foi tomada no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) 1492951, na sessão virtual finalizada em 28/3.



Supremo invalida mais três leis municipais que proíbem linguagem neutra em escolas

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais leis dos municípios de Porto Alegre (RS), Muriaé (MG) e São Gonçalo (RJ) que proibiam o ensino de “linguagem neutra” em escolas públicas e privadas e previam sanções a estabelecimentos e a profissionais de educação em caso de descumprimento das normas. A decisão foi tomada no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1158, 1162 e 1164, na sessão virtual encerrada em 24/4. As ações foram propostas pela Aliança Nacional LGBTI+ e pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh).



NOTÍCIAS DIVERSAS



Corregedoria Nacional debate violência contra a mulher e acesso à educação

A Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou, nessa segunda-feira, 31 de março, o Ciclo de Debates em Direitos Fundamentais no Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). O evento, voltado aos membros da instituição, abordou temas essenciais, como o combate à violência contra a mulher e a promoção da educação infantil, e integra a programação da correição ordinária que será realizada até 4 de abril no estado.

Aprendizagem na educação básica ainda não retomou níveis pré-pandemia

A pandemia de covid-19 ainda impacta a educação brasileira. Embora os níveis de aprendizagem tenham avançado nos últimos anos, o país ainda não conseguiu retomar os patamares de 2019. Além disso, as desigualdades que já estavam presentes foram acentuadas. É o que mostra o estudo Aprendizagem na Educação Básica: Situação Brasileira no Pós-Pandemia, divulgado em 28/04, pelo Todos Pela Educação.



TJ-SP derruba lei municipal que determinava segurança armada em escolas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal 14.681/24, de São José do Rio Preto (SP), que determinava a implantação obrigatória de segurança armada nas escolas públicas e privadas da educação básica. A decisão foi unânime. Clique [aqui](#) para ver o acórdão .Processo 2368247-86.2024.8.26.0000



'Minigênio': Com QI de 132, menino de 4 anos consegue matrícula no 1º ano em escola do interior de MS

Um menino, de 4 anos, de Guia Lopes da Laguna (MS), pode ser considerado um "minigênio". Por ter Quociente de Inteligência (QI) de 132 pontos, Miguelzinho, como é conhecido, conseguiu ser matriculado no 1º ano do ensino fundamental, dois anos antes de quando deveria ocorrer. A matrícula só foi possível após decisão favorável da Justiça de Mato Grosso do Sul.



TJ-PR condena pais por homeschooling e por não vacinar filhos

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná condenou os pais de três crianças de Curitiba a pagar uma multa porque não cumpriram a obrigação de matricular seus filhos em uma escola regular, como exige a lei, e porque as crianças não foram imunizadas contra a Covid-19. Processo 0007856-46.2022.8.16.0188 .

TJ-SP mantém condenação de escola por erro em matrícula de aluna

O TJ/SP, por meio da 35ª câmara de Direito Privado, manteve a condenação de instituição de ensino a indenizar os pais de uma aluna por falha na prestação de serviços. A decisão estabelece o pagamento de danos materiais, referentes aos valores pagos à escola, e danos morais, no valor de R\$ 5 mil. Conforme o processo, a instituição aceitou a matrícula da criança sem verificar se ela possuía a idade adequada para o ano letivo em questão e, adicionalmente, não regularizou seu cadastro na Secretaria Escolar Digital. Os pais só tomaram conhecimento da situação após oito meses de aulas. Como consequência do erro, a aluna teve que repetir o primeiro ano do ensino fundamental, o que prejudicou sua formação escolar. Processo: 1028567-44.2024.8.26.0564. Leia o [acórdão](#).





CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br